



Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>

Impugnação - Edital 90003/2025

1 mensagem

juridico@troyana.com.br <juridico@troyana.com.br>
Para: sl-colic@ifsul.edu.br

5 de maio de 2025 às 14:12

Prezados (as), boa tarde.

Segue em anexo impugnação.

 **Impugnação IF Livramento_ad.pdf**
253K



Ao
Instituto Federal Sul Rio Grandense
Campus Santana do Livramento
Rua Paul Harris, 410, Santana do Livramento/RS

Edital de Pregão Eletrônico nº 90003/2025

Processo nº 23495.000099.2025-97

Abertura: 09/05/2025 09h00min

Att.: Sr.(a) Pregoeiro (a)

TROYANA - Segurança Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 43.670.806/0001-08, com sede na Rua Pedro Lessa, 30, Jardim Floresta, CEP. 91040-540 em Porto Alegre/RS, por sua representante legal infra firmada, vem à presença de V. Sas., com fulcro na legislação vigente e edital supra mencionado,

Impugnar

o Termo de Referência anexo ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025, cujo objeto corresponde a "Contratação de serviços continuados de Vigilância e Segurança Armada a serem prestados ao Campus Santana do Livramento do Instituto Federal Sul-rio-grandense, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra".

Especificamente quanto a exigência de atestado de capacidade técnica com experiência mínima de 5 (cinco) anos, contrariando a vedação legal que impede a exigência de requisito temporal, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.



DOS FATOS:

O Instituto Federal Sul Rio Grandense, publicou edital de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 90003/2025, visando a prestação de serviço contínuo de vigilância armada e desarmada, prevista por período de 5 (cinco) anos, para o Campus Santana do Livramento.

Ocorre que o Termo de Referência anexo ao edital exige para fins de habilitação técnica operacional a compatibilidade em quantidade, característica e limitação temporal de experiência mínima de 5 (cinco) anos, ao arrepio da legislação vigente que veda de forma expressa a limitação temporal.

Observe-se que há vício insanável, uma vez que há vedação legal para a limitação temporal como requisito de comprovação de aptidão técnica.

Ademais, o egrégio Tribunal de Contas da União posicionou-se pela ilegalidade na exigência de limitação temporal nos atestados de capacidade técnica, especialmente no caso em tela em que o período de experiência representa 100% do período da vigência do futuro contrato, uma vez que as renovações dependem de diversos critérios.

Desse modo, resta evidente a existência de vício que irá gerar mácula a ampla competitividade, devendo a exigência ser reformulada para o fim retirar a exigência de limitação temporal com a experiência mínima de 5 (cinco) anos, uma vez que já constam critérios de compatibilidade em relação à quantidade e característica, conforme se passa a narrar.

DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

O ato de impugnação ao edital e anexos do pregão eletrônico, atualmente, encontra-se regulamentado pelo art. 164 da Lei n.º 14.133/2021, o qual dispõe que:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame."

No mesmo sentido, também, prevê o art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019, o qual



dispõe que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Em regra, portanto, a regulamentação da Lei de licitações e do pregão eletrônico estabeleceu prazo comum a licitantes e a não licitantes de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, para fins de questionamento dos termos do ato convocatório.

Logo, o prazo para impugnação do Edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2025, será até o dia 06/05/2025 (terça-feira), haja vista que, nos termos do subitem 11.1 do ato convocatório, a forma de interposição do ato de impugnação ao edital será exclusivamente pelo Correio eletrônico: slcolic@ifsul.edu.br, conforme informado no subitem 11.3 do edital.

A presente impugnação se encontra interposta dentro do prazo supra mencionado, cuja contagem se dá na forma da legislação vigente aplicável ao caso, o requisito de tempestividade está devidamente atendido, devendo seu teor ser conhecido e apreciado pela Administração.

Já quanto ao requisito de legitimidade para o ato de impugnar o edital e anexos da licitação, o nosso ordenamento jurídico pátrio alargou o rol de legitimados para tal fim, ao passo que não só os próprios licitantes podem fazê-lo, mas toda e qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, nos termos do art. 164 da Lei n.º 14.133/2021.

Por conseguinte, a Requerente perfaz parte legítima para a presente impugnação o Termo de referência anexo ao edital e pleitear que dele se afastem a limitação



temporal, enquanto empresa especializada interessada prestação de serviço contínuo de vigilância armada.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO

DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

DA LIMITAÇÃO TEMPORAL

O Termo de referência impugnado restringe a competitividade da licitação, impedindo a participação de um universo maior de competidores, ao exigir atestados de capacidade técnica com exigências exorbitantes, *in verbis*:

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

*9.30.1.1. **contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 05 (cinco) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

A exigência indica um direcionamento injustificado a poucas empresas que já dominam o mercado e, por isso mesmo, ilegal, contrariando orientações do TCU quanto limitação temporal nos atestados de capacidade técnica, conforme Acórdão n. 10487/2016 – TCU – 2. Câmara:

"Considerando que, de fato, não é possível a exigência de limitação temporal sobre os atestados de capacidade técnica, por não encontrar amparo legal, nem na Jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 2205/2014- TCU-2ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes; Acórdão 2163/2014-TCU-Plenário, Relator Ministro José Múcio);"



Da mesma forma, o Tribunal de Contas da Paraíba, em decisão no PROCESSO TC nº 10.201/20, julgou ilegítima a exigência de atestados com prazos mínimos de experiência, inclusive com a suspensão de ocorrências passíveis de multa administrativa:

CONSIDERANDO que, das constatações da Auditoria, acima resumidas, observam-se, no Edital, exigências não previstas em lei e normas regulamentares, no que diz respeito ao seguinte:

*Edital - Item 15.14.1 - Atestado(s) de capacitação técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado(s) no CREA, que comprove(m) a experiência da LICITANTE, ou de sua controladora ou controlada, na operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a gestão comercial dos mesmos, em município com população total igual ou superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes e prestados pelo **prazo mínimo de 6 (seis) meses.***

(...)

*Além do mais, **não se verifica amparo legal quanto a exigência de atestado de capacitação técnica com restrição temporal** (prazo mínimo de seis meses), conforme art. 30, § 5º, da Lei 8.666/93, in verbis:*

(...)

*DECIDO, com base no art. 195, § 1º, do Regimento Interno do TCE/PB, emitir a presente medida cautelar para **SUSPENDER a Concorrência** nº 00005/2020, na fase que se encontra, promovido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria do Planejamento e Gestão de Campina Grande, **sob pena de multa** e demais cominações legais aos responsáveis, por descumprimento da presente decisão*

Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

*"na realização de licitação, se do edital, no item relativo à apresentação de documentos para comprovar a qualificação técnica, são estabelecidas outras exigências não previstas na legislação de regência (artigo 30, inciso II da Lei nº 8.666/93), **configura-se ilegalidade a ser reparada pela via do mandado de segurança**". (REsp nº 316.755/RJ, 1ª T. rel. Min. Garcia Vieira, j. em 07.06.2001, Dj de 20.08.2001"*

Ocorre que no presente caso, ao exigir período superior ao tempo indicado para



contratação, o edital restringe a ampla competitividade sem qualquer fundamento técnico.

Afinal, a finalidade do certame é a contratação para prestação de serviço, a qual pode ser plenamente atendida por outras empresas, aumentando a competitividade para que a administração consiga alcançar melhor contrato através do processo licitatório.

Tal exigência do Termo de referência também não se apresenta compatível com os princípios implícitos que regem as licitações, o da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade que devem orientar os atos da administração, ao passo que representam restrições excessivas capazes de reduzir e restringir o universo de participantes do certame e ainda violar a isonomia entre potenciais licitantes, conseqüentemente, acarretando relevante redução da capacidade de obtenção da proposta mais vantajosa tanto para a própria Administração quanto para o interesse público.

A compatibilidade em característica e quantidade são razoáveis e previstos na legislação, entretanto, a limitação temporal de 5 (cinco) anos, possui vedação legal expressa, bem como contraria as jurisprudências do Tribunal de Contas da União, que impede a exigência de atestado com limitação temporal.

Isso porque, a Lei Federal 14.133/21 em seu art. 67, veda veementemente a exigência de comprovação de aptidão técnica com limitação temporal ou em locais determinados, conforme se transcreve:

67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, **vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.***

*O §2º do art. 67 autoriza a exigência editalícia da execução de quantidades mínimas 50% (cinquenta por cento) das parcelas **de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado.** O legislador prestigiou o entendimento do Tribunal de Contas da União a Corte editou o Enunciado de Súmula nº 263.*

*"Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado,** é*



legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” (grifos nossos)

A licitação, como se sabe, consiste num instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na escolha dos contratantes e a isonomia entre eles, a priori, significa tratamento igual para situações iguais e, por isso, as exigências constantes do edital e anexos são endereçadas a todos, indistintamente, que se disponham a concorrer ao objeto licitado.

Sob tal prisma, pode-se concluir que essa ou aquela exigência, quando legal, não cria desigualdade alguma entre os interessados, no entanto, a exigência contida no presente TR referente ao prazo do atestado de capacidade técnica extrapola a lei específica e infringe princípios constitucionais, assim sendo não pode ser considerada válida.

Além da ilegalidade na exigência com experiência mínima de 5 (cinco) anos, conforme exposto, a exigência também carece de razoabilidade e proporcionalidade, bem superior ao que trata o § 2º do artigo 67.

Quanto a esse ponto, relevante ressaltar o **entendimento do Tribunal de Contas da União**, no sentido de que **“é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar**, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não haja comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório (TCU, Acórdão 3663/2016, Primeira Câmara, Relator Ministro AUGUSTO SHERMAN, 07/06/2016)”.

Sobretudo, o TR anexo ao edital prevê a contratação pelo prazo de 5 (cinco) anos, razoável exigir a comprovação de aptidão pelo período mínimo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, representando 50% do contrato.

Ocorre que, a citada exigência se mostra absolutamente excessiva, no que tange especificamente do objeto da contratação, sendo somente 02 (dois) postos 24 horas de vigilância para o Campus de Santana do Livramento, não há complexidade para atender o objeto do edital.

Ilustre Pregoeiro, o cerne da questão é simples. A exigência discutida não contribui em nada para aferição da qualificação técnica do licitante, mas restringe a competitividade, ao passo inúmeras empresas possuem expertise para o fiel cumprimento do contrato.



Comumente se exige do licitante que comprove que prestou serviço equivalente a 50% do que se pretende contratar, como forma de verificar a compatibilidade do objeto licitado. Assim, as exigências de qualificação técnica no certame licitatório serve exclusivamente para atestar que a empresa concorrente possua condições mínimas de cumprir o objeto contratual.

Sendo assim, a não manutenção da atual exigência editalícia implicará em ofensa aos Princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade previsto no art. 5º da Lei 14.133/21, pois condicionar a habilitação da empresa à apresentação de atestado de capacidade excessivamente superior, contrariando a Lei e restringindo a competitividade do certame;

Além disso, importante frisar que para atuar na prestação de serviços de segurança privada (vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal) é necessário autorização expedida pela Polícia Federal previstos na Portaria nº 18.974/24-DG/PF, que por si comprovam a referida capacidade técnica.

Além disso, a autorização é revista anualmente pela autoridade competente para comprovar a quitação de eventuais multas que tenham sido aplicadas à empresa no período, há um rigor do próprio instituto que regula o referido segmento.

Logo, há um controle rigoroso por parte do Departamento da Polícia Federal das atividades de segurança privada, que regula e fiscaliza os Planos de Segurança das empresas que atuam na prestação de serviço, como: condições dos armamentos, munição, curso de reciclagem dos vigilantes, multas aplicadas a empresa no período.

Em conclusão, necessária a correção do TR anexo ao edital, retirando-se a exigência de comprovação de aptidão para a prestação serviço com experiência de 5 (cinco) anos, sob pena de nulidade do certame, conforme as razões de fato e de direito expostas nesta impugnação.

Dos Pedidos

Por todos os fatos e fundamentos apresentados, requer:

- a) que sejam recebidas a presente impugnação, por tempestiva, nos termos da Legislação em vigor;
- b) que seja provida a impugnação, com a consequente alteração na comprovação de aptidão pelo período mínimo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, representando 50%, nos termos da Jurisprudência do TCU;



c) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta a Impugnação à Autoridade Superior competente para apreciação final;

Em face do exposto, requer que proceda-se a revisão do presente Termo de referência anexo ao edital com a inclusão das exigências descritas no subitem 9.30.1.1 supra, viabilizando a ampla participação das empresas de Segurança Privada e por entender que a mesma, nos moldes como está, prejudica a competitividade do certame, contrariando os princípios da competitividade, proporcionalidade, razoabilidade e da ampla concorrência.

FACE AO EXPOSTO, e visando garantir os princípios que regem as licitações públicas o da Competitividade, proporcionalidade e razoabilidade da preservação do interesse público, vimos requerer a impugnação ao Termo Edital com a consequente alteração de suas cláusulas e reagendamento da data de abertura.

N. T.
P. Deferimento

Porto Alegre/RS, 05 de maio de 2025.

TROYANA – Segurança Ltda.
Maria Elaine Duarte Saenger

